LEI MUNICIPAL Nº. 2.101, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do município de Santo Augusto para o exercício de 2010, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e no uso das suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1° Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição Federal e no art. 67, §2º, da Lei Orgânica do município de Santo Augusto, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativo ao exercício de 2010, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2010/2013;

II - as metas e riscos fiscais;

III - a organização e estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as diretrizes que nortearão a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VIII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

IX - as disposições gerais.

Subseção I
Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2° As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2010 estão estruturadas de acordo com a Lei Municipal nº. 2.076, de 30 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013, especificadas no Anexo de Metas e Prioridades integrante desta Lei, as quais terão assegurada a alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2010.

§ 1° A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2010 atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o *caput* deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - provisão para os gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal;

IV - conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2° As metas e prioridades de que trata o "caput" deste artigo poderão ser alteradas se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2010, surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 3° Na hipótese prevista no parágrafo segundo deste artigo, o Anexo de Metas e Prioridades para 2010 com as alterações ocorridas, será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

§ 4º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo são referenciais, não constituindo limite para a fixação da despesa na Lei Orçamentária do exercício de 2010.

Subseção II
Das Metas e Riscos Fiscais

Art. 3° Integra esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, estabelecidas para o próximo exercício e os dois seguintes, em conformidade com o que dispõem os §§ 1° e 3° do art. 4°, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2010 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

§ 2º Proceder-se-á à adequação das metas fiscais se, durante o período decorrido entre a apresentação desta lei e a elaboração da proposta orçamentária para o próximo exercício, surgirem novas demandas ou alterações na legislação e no cenário econômico que impliquem a revisão das metas fiscais, hipótese em que os demonstrativos previstos serão atualizados e encaminhados juntamente com a proposta orçamentária para o exercício de 2010.

Art. 4° Estão discriminados, no Anexo VI, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício de 2009, se houver obedecida à fonte de recursos correspondente.

§ 3º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Seção II
Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 5° Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade, conforme estabelecido no Plano Plurianual;

II - atividade, o conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e que concorrem para a manutenção da ação governamental;

III - projeto, o conjunto de operações, limitadas no tempo, que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, das quais resulta um produto;

IV - operações especiais, aquelas que correspondem às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Na lei de orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam de acordo com a Portaria MOG 42/99.

Art. 6° Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificadas por elementos de despesa, na forma do art. 15 § 1° da Lei nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 7° O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido nos incisos I e III, do § 5°, do art. 165, da Constituição Federal, no art. 67, §2º, da Lei Orgânica do Município e no art. 2°, seus parágrafos e incisos, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:

I - texto da lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários.

§ 1° Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III e parágrafo único, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes quadros:

I - anexos das metas fiscais:

a) metodologia do cálculo das metas do resultado primário e nominal;

b) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

d) evolução do Patrimônio Líquido;

e) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

f) projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;

g) receitas e despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social para 2010;

h) metas fiscais em valores constantes e correntes.

II - anexos de riscos fiscais;

III - cálculo das despesas com educação e saúde;

IV - demonstrativo da receita corrente líquida e de despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo;

V - demonstrativo da previsão da receita líquida para 2010;

VI - metodologia de cálculo da receita;

VII - prioridades escolhidas nas audiências públicas do programa "Gestão Compartilhada".

§ 2° A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro do Município e projeções para o exercício a que se refere à proposta, com destaque para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I, do art. 22, da Lei n° 4.320, de 17 de março de1964;

IV - demonstrativo da memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no exercício de 2009 e a previsão para o exercício de 2010, em 31 de dezembro de cada exercício;

VI - relação das ordens precatórias a serem cumpridas com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números dos processos judiciais e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do § 1°, do art. 100, da Constituição Federal;

VII - demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais, de acordo com o inciso I, do art. 5°, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000;

VIII - demonstrativo dos projetos selecionados mediante o programa "Gestão Compartilhada", com a indicação da dotação correspondente;

IX - demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o art. 29-A, da Constituição Federal, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 11 desta lei.

§ 3° Os documentos referidos neste artigo serão encaminhados à Câmara Municipal pelo Poder Executivo e disponibilizados na página oficial do Município na internet, no endereço eletrônico: www.santoaugusto.rs.gov.br.

Seção III
Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Art. 8° A elaboração e a execução da lei orçamentária do Município deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento.

§ 1° Serão destinados, no mínimo 1% (um por cento) dos recursos orçamentários livres de reserva para o atendimento de riscos fiscais, na forma preconizada na Lei de Responsabilidade Fiscal. A reserva de que trata este parágrafo poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais a partir de 01 de julho de 2010, mediante prévia reavaliação da necessidade do saldo ainda remanescente.

§ 2° O princípio de controle social implica em assegurar aos cidadãos a participação na elaboração e acompanhamento do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos, mediante processo de consulta, realizado através de audiências públicas, na forma regulamentar.

§ 3° As prioridades são aquelas escolhidas pela comunidade, nas audiências públicas realizadas na fase de consulta popular, através do programa "Gestão Compartilhada", e destas foram selecionadas as metas de manutenção, custeio e investimentos priorizadas para a LDO e LOA, do exercício de 2010.

§ 4° A Câmara Municipal organizará audiências públicas para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

§ 5° O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes no projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere, explicitada a metodologia utilizada.

Parágrafo único. A receita prevista para o exercício de 2010 está estimada em R$ 23.530.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos e trinta mil reais), cujo valor também será fixado para a despesa.

Art. 10. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo quinze dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subseqüente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3°, do art. 12, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 11. Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A, da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 12. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 13. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio

de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Art. 14. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária de 2010, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes neste cronograma, a austeridade necessária à obtenção das metas de resultado primário e nominal, em conformidade com o art. 8°, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do *caput* deste artigo e nos termos das determinações constantes no art. 13, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Seção IV
Do não Atingimento das Metas Fiscais

Art. 15. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" do Poder Executivo e do Poder Legislativo, observada a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

§ 1° Constituem critérios para limitação de empenho e limitação financeira, as seguintes por ordem de prioridade:

I - no Poder Executivo:

a) diárias;
b) realização de serviços extraordinários;
c) auxílios e subvenções a entidades;
d) contratação de serviços de terceiros;
e) execução de obras ainda não iniciadas;
f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

II - no poder Legislativo:

a) remuneração de sessões extraordinárias;
b) diárias;
c) realização de serviços extraordinários;
d) contratação de serviços de terceiros;
e) execução de obras ainda não iniciadas;
f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

§ 2° Não serão objetos de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 3° Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo, bem como das premissas e da justificativa do ato.

§ 4° Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar o ajuste processado, que será discriminado por órgão.

§ 5° Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9°, § 1°, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 16. O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida à programação financeira, será realizado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela mesa diretora da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro de 2010, o saldo de recursos financeiros porventura existente será devolvido ao Poder Executivo, livres de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar do Poder Legislativo, bem como os valores necessários para o pagamento de obras e demais investimentos que ultrapassem o exercício financeiro. Em caso de não devolução, o saldo será contado como adiantamento das quotas de duodécimo dos meses do ano de 2011 até completar o seu valor.

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2° desta Lei, a programação de novos investimentos e despesas obrigatórias de caráter continuado, dos órgãos da administração direta, autarquias, fundos, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, somente serão autorizadas se:

I - estiverem assegurados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

II - houverem sido adequadamente atendidos todos os projetos em fase de execução;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio, podendo ser utilizada a margem de expansão, evidenciada no demonstrativo (margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado) que integra o Anexo de Metas Fiscais desta lei;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operação de crédito, com o objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Parágrafo único. Não poderão ser programados novos projetos, à conta de anulação de dotação destinada a investimentos em andamento, cuja execução tenha ultrapassado 50% (cinqüenta por cento) até final do exercício financeiro de 2009.

Art. 18. As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, e as despesas de que trata o artigo 17. Relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior ao exercício financeiro de 2010, serão, independentemente de quaisquer limites, reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária, mediante a abertura de créditos adicionais a serem abertos ou reabertos por ato do Poder Executivo.

Art. 19. O projeto de lei de orçamento anual deverá conter a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, conforme determinações do § 1°, do art. 100, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A inclusão de recursos na lei orçamentária de 2010, para o pagamento de precatórios, face às disposições do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será efetuada segundo os seguintes critérios:

I - nos precatórios não-alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior a trinta salários mínimos, pelo valor da parcela a ser paga no exercício;

II - eventual parcela a ser paga em 2010, relativa a precatórios pendentes de pagamento;

III - para os pagamentos dos débitos decorrentes de sentenças judiciais de pequeno valor, na forma preconizada pelo art. 87, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Lei Orçamentária Anual destinará dotação específica.

Art. 20. O detalhamento da despesa, especificando para cada categoria de programação e elementos da despesa os respectivos desdobramentos, em consonância com a Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, para fins de controle da execução orçamentária e escrituração contábil, será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças diretamente no sistema informatizado do Município.

Seção V
Da Transferência de Recursos para o Setor Privado

Art. 21. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 17, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas as transferências de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, meio ambiente e fomento econômico.

§ 1° Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput", a entidade privada sem fins lucrativos, além de estar adimplente com o Município, deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, firmado por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2° As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3° As entidades deverão comprovar de que os cargos de direção não são remunerados e apresentar balanço e demonstrações contábeis do último exercício.

§ 4° A concessão de benefício de que trata o "caput" deste artigo deverá estar definida em lei específica e atender, no que couber, ao art. 116, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

§ 5° A inexecução total ou parcial do Convênio, Contrato ou Acordo, quanto à aplicação dos recursos do auxílio ou subvenção nas finalidades a que foram destinados, ensejará sua imediata rescisão e a conseqüente devolução aos cofres públicos, dos valores repassados, devidamente atualizados pela variação do IPCA do período compreendido entre a data do recebimento até o efetivo recolhimento. O disposto se aplica aos seguintes casos:

I - o não cumprimento do estabelecido no plano de aplicação;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a não apresentação da prestação de contas em até 30 (trinta) dias após o recebimento do recurso salvo outro definido em lei específica, ou sua apresentação em desacordo com as normas intrínsecas e extrínsecas emitidas pela Secretaria Municipal de Finanças.

IV - quando se tratar de repasses mensais de recursos, a prestação de contas será apresentada no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício financeiro, salvo outro prazo definido em lei específica.

§ 6° Paralelamente ao disposto no parágrafo quinto, a entidade, instituição ou empresa, ficará impossibilitada de contratar, conveniar ou receber quaisquer benefícios pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da notificação da aplicação da penalidade.

Art. 22. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas jurídicas através de programas específicos de fomento econômico, desde que aprovados pelos respectivos Conselhos Municipais.

§ 1° A transferência de recursos para pessoas jurídicas deverá ser autorizada por legislação especifica e deve destinar-se a incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e serviços.

§ 2° Aplica-se no que couber o disposto no artigo 21 desta Lei e seus parágrafos.

§ 3° Em caso de concessão de empréstimos a pessoas jurídicas estes devem obedecer à legislação pertinente e serão financiados através de fundos rotativos, mediante formalização de contrato, acompanhamento da execução e prestação de contas de sua aplicação.

Seção VI
Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 23. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 24. O projeto de lei orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

Subseção VII
Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 25. No exercício de 2010, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 17 desta Lei, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Fica assegurada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio de que trata o § 4°, do art. 39, da Constituição Federal, assegurada no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 26. Desde que observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal e nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, os Poderes Executivo e Legislativo poderão encaminhar projetos de lei visando à revisão dos seus sistemas de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, de forma a:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover de cargos efetivos, mediante concurso público, bem como contratações por tempo determinado estritamente necessário, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

V - capacitar os servidores para melhor desempenho de funções específicas;

VI - proporcionar desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, através da realização de programas informativos, educativos e culturais;

VII - melhorar as condições de trabalho, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho, inclusive com a aquisição de equipamentos e melhoria do ambiente de trabalho;

VIII - racionalizar os recursos materiais e humanos visando diminuir os custos e aumentar a produtividade e eficiência no atendimento dos serviços municipais.

Art. 27. A criação ou aumento do número de cargos, além dos requisitos mencionados nos artigos anteriores, atenderá também aos seguintes:

I - existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas;

III - resultar de ampliação da ação governamental, decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei de criação ou ampliação de cargos deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, o atendimento aos requisitos de que trata este artigo, e àqueles da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, especialmente no que concerne ao impacto orçamentário e financeiro, apresentando o efetivo acréscimo de despesas com pessoal.

Art. 28. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinqüenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e no Poder Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I - as situações de emergência ou de calamidade pública;

II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação à outra alternativa possível.

Seção VIII
Das Diretrizes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 29. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Executivo e do Poder Legislativo, naquele abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 30. O orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações na área de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao definido nos arts. 165, § 5°, III; 194 e 195, §§ 1° e 2°, da Constituição Federal, na alínea "d" do parágrafo único do art. 4° e art. 7° da Lei n° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e, contará, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente esse orçamento.

Art. 31. O orçamento da Seguridade Social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União e do Estado para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social incluirá os recursos necessários à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe a Emenda Constitucional n° 29, de 13 de setembro de 2000.

Seção IX
Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 32. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2010, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI);

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para manter o interesse público e a justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 33. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 32, ou estas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários na programação da despesa, mediante decreto.

Art. 34. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, não consideradas na estimativa da receita orçamentária, somente entrarão em vigor após as medidas de compensação previstas no inciso II do art. 14 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Seção XI
Das Disposições Gerais

Art. 36. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, ajustes ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, alistamento militar, ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social e voltados ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual, ou seus créditos adicionais deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 37. Para fins de desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, saneamento, assistência social, agricultura, meio ambiente e outras áreas de relevante interesse público, o Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, sem ônus para o Município, ou com contrapartida, constituindo-se em projetos específicos na lei orçamentária.

Art. 38. As emendas ao projeto de lei orçamentária para 2010, ou aos projetos de lei que modifiquem a lei de orçamento anual, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei n° 2076, de 30 de setembro de 2009, que trato do Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1° Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III, do § 3°, do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) pessoal e encargos sociais;

b) serviço da dívida.

§ 2° Também não serão admitidas às emendas que acarretem alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3° As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

Art. 39. Por meio da Secretaria Municipal de Finanças, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 40. Em consonância com o que dispõe o § 5°, do art. 166, da Constituição Federal e o art. 67, § 5º, da Lei Orgânica Municipal, poderá o Poder Executivo enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 41. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2009, sua programação poderá ser executada, até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a 1/12 (um doze avos) das dotações para despesas correntes de atividades, e 1/13 (um treze avos) quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§ 1° Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de

recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2° Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 42. Para cumprimento das determinações do § 3° do art. 16 da Lei Complementar n° 101, de 2000, serão consideradas irrelevantes as despesas inferiores aos limites previstos nos incisos I e II, do art. 24, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 43. Os métodos e processos de controle de custos deverão ser difundidos e praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, observadas as disciplinas legais vigentes até que sejam estabelecidas as normas específicas para controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Parágrafo único. Na Proposta Orçamentária para 2010, as categorias de programação através das quais serão executadas as despesas referentes aos projetos e às atividades, deverão estar estruturadas de forma a permitir a contabilização dos custos das ações do Plano Plurianual cuja execução ocorra em 2010.

Art. 44. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a inserir no PPA, na LDO e na LOA as metas, ações, projetos, programas e elementos necessários para a operacionalização e aplicação de recursos de convênios novos que não integram estes instrumentos de planejamento, obedecendo aos respectivos planos de aplicação e o limite das transferências recebidas.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO (RS), EM 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

Alvorindo Polo,
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO:
afixação no pelourinho municipal
Afixado em 11.12.09
Retirado em 15.01.10
Assinatura
Giselle de Andrade
Sec. Executivo

Registre-se e Publique-se:

Umberto Luis Roveda Tassi
Secretaria Municipal de Administração